

RELATOS ESTUDANTIS SOBRE DESIGUALDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL NA AULA DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

Maria Paula Grimminger Dunker¹
Cristiane Ganzen Kucharski²
Élida Pasini Tonetto³
Denise Wildner Theves⁴

RESUMO

O presente resumo vincula-se ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Núcleo Geografia Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual atuo com uma turma de nono ano do ensino fundamental em uma escola pública estadual em Porto Alegre/RS. O objetivo é apresentar o relato de experiência de uma aula que buscou construir o conceito de justiça ambiental como ferramenta teórica crítica na Geografia Escolar. A proposta buscou romper com a visão tradicional e meramente descritiva da Geografia, inserindo os estudantes no debate sobre como as desigualdades sociais se materializam no espaço geográfico através da distribuição desigual de riscos e benefícios ambientais. A fundamentação teórica baseia-se na Geografia Crítica de Milton Santos e nos conceitos de justiça ambiental de Henri Acselrad e Rogério Rammê, que discutem a "seletividade espacial" e a "geografia dos rejeitos". A metodologia adotada foi a pesquisa-ação de abordagem qualitativa, estruturada a partir de observação participante em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, do desenvolvimento de uma aula e da sistematização e da reflexão sobre a prática pedagógica. Para o desenvolvimento da aula, utilizou-se o mapeamento de conflitos ambientais locais e globais, permitindo a identificação do "racismo ambiental" em contextos próximos à realidade urbana dos alunos e em escala mundial. Como atividade, os alunos produziram relatos em primeira pessoa, assumindo o papel de moradores de áreas afetadas pela desigualdade ambiental. Por meio dessa atividade, os alunos puderam formular e expressar suas ideias para além de paradigmas e estereótipos, construindo leituras próprias e mais fundamentadas da realidade. Com isso, passaram a reconhecer e problematizar as injustiças socioespaciais vivenciadas, adotando uma postura mais crítica e analítica diante do território. Após a análise e reflexão da prática pedagógica, percebeu-se que a abordagem da justiça ambiental qualifica o olhar do estudante sobre o território, ampliando sua capacidade de análise com base em reflexão e evidências. Assim, a experiência reforça a relevância dessa práxis na formação inicial, ao estimular uma compreensão mais crítica e não estereotipada dos desafios socioambientais.

Palavras-chave: Justiça ambiental, Injustiças socioespaciais, Geografia escolar, Geografia crítica.

¹ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, paulagrimminger2@gmail.com;

² Professora da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (UFRGS); Supervisora do PIBID Geografia UFRGS - Porto Alegre 2024-2026 - cristiane.kucharski@ufrgs.br

³ Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Faculdade de Educação (Faced); Departamento de Ensino e Currículo (DEC); Núcleo de Estudos em Educação e Geografia (NEEGeo) - elida.tonetto@ufrgs.br

⁴ Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Faculdade de Educação (Faced); Departamento de Ensino e Currículo (DEC); Núcleo de Estudos em Educação e Geografia (NEEGeo) - denise.theves@ufrgs.br



INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), núcleo Geografia, em uma escola pública estadual em Porto Alegre/RS. A proposta foi realizada em uma turma de nono ano do Ensino Fundamental que apresentava, inicialmente, um perfil de interação contida, o que demandou a elaboração de estratégias didáticas mais lúdicas e visuais para o engajamento discente. Portanto, o tema tratado abrange a área da Geografia Escolar, delimitando-o ao estudo da educação ambiental.

Sob esse cenário, a Geografia Escolar permite que se aborde a educação ambiental não apenas como preservação da natureza, mas como um campo de disputas sociais. Considera-se para o estudo que a introdução do conceito de desigualdade ambiental torna-se fundamental para superar abordagens ingênuas, permitindo aos estudantes compreenderem que a degradação ambiental e a escassez de recursos não afetam todas as populações da mesma forma. A teoria geográfica, portanto, oferece as bases para analisar como as desigualdades socioespaciais se manifestam na apropriação e no uso do território.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o relato de experiência de uma proposta pedagógica, utilizando o conceito de justiça ambiental como ferramenta crítica. Tendo como primeiros objetivos específicos: a) romper com a visão tradicional e meramente descritiva da disciplina, inserindo os estudantes no debate sobre como as desigualdades sociais se materializam no espaço geográfico através da distribuição desigual de riscos e benefícios ambientais; b) desmistificar a ideia de que a desigualdade ambiental e social exista apenas em países considerados “subdesenvolvidos”; c) estimular a visão crítica dos alunos por meio de imagens geográficas diversas de países e continentes.

A metodologia adotada foi de pesquisa-ação, de natureza qualitativa, estruturado a partir de uma sequência didática que articulou aula expositiva dialogada e análise de imagens, que levou a observação ativa sobre as aulas e reflexão sobre os resultados. A justificativa deste trabalho reside na necessidade de ensinar uma reflexão aos estudantes para uma compreensão crítica da realidade, superando o senso comum de que os problemas socioambientais são exclusivos de países subdesenvolvidos. A abordagem vai ao encontro da Base Nacional Comum Curricular, especificamente na habilidade (EF09GE04), ao permitir que o aluno relacione as diferenças de paisagens e modos de vida na Europa, Ásia e Oceania, não apenas descrevendo-os, mas compreendendo as dinâmicas de desigualdade que permeiam globalmente a apropriação do espaço (BNCC, 2017, p. 393).



Quanto às discussões e resultados, observou-se que a abordagem multiescalar permitiu aos estudantes identificarem disparidades tanto em seus bairros quanto em países desenvolvidos localizados no continente europeu e asiático, desconstruindo estereótipos. A atividade de escrita em primeira pessoa feita com os estudantes do nono ano evidenciou o desenvolvimento de empatia e a apropriação de conceitos como "racismo ambiental" (Santos, 2020) demonstrando que os discentes superaram a leitura passiva da paisagem. Em síntese conclusiva, o estudo aponta que o uso da Justiça Ambiental (Rammê, 2012) no ensino qualifica o olhar discente sobre o território e que a práxis pedagógica ativa é indispensável na formação inicial docente para promover uma educação transformadora.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A intervenção pedagógica foi realizada em uma escola da rede pública estadual no município de Porto Alegre/RS, junto a uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental, composta por aproximadamente 23 estudantes. Para atingir os objetivos propostos, a metodologia foi estruturada em uma sequência didática desenvolvida ao longo de 2 períodos de aula de 90 minutos, organizada em três momentos progressivos: contextualização local, expansão global e produção textual empática.

Em um primeiro momento, a abordagem iniciou-se pela escala local. Foram utilizadas imagens de satélite do bairro Bom Jesus e Três Figueiras, ambos localizados em Porto Alegre embora pertençam a mesma zona da cidade, são afetados de maneiras distintas pela desigualdade ambiental de formas diferentes, sendo um deles economicamente (rico) e outro economicamente vulnerável (pobre). Após a análise das imagens de satélites, foram vistos os dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que possibilitou debate com os alunos sobre os dados de cada bairro, como; densidade demográfica, população, cor e raça, entre outros aspectos. Por meio de aula dialogada, os estudantes refletiram sobre como os riscos ambientais afetam desproporcionalmente certas populações da cidade.

Em um segundo momento, promoveu-se a expansão da análise para a escala global, sendo retomados os continentes Ásia e Europa, já trabalhados em aulas anteriores. Para essa parte, utilizou-se fotos disponíveis na Internet, projetando imagens comparativas que evidenciam os contrastes socioespaciais de cada região de um determinado país. O objetivo foi



demonstrar que as injustiças socioespaciais mapeadas localmente também se reproduzem mundialmente.

Em um terceiro momento, realizou-se a atividade de sistematização e reflexão sobre o que foi estudado. Os alunos foram orientados a produzir relatos em primeira pessoa, assumindo o papel de moradores das áreas afetadas pela desigualdade ambiental observadas nas fotos e nas imagens de satélite. Essa estratégia de escrita criativa teve uma intencionalidade clara; permitir que os discentes formulassem e expressassem suas ideias para além de paradigmas e estereótipos apresentados anteriormente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção de uma prática pedagógica reflexiva exige um alicerce teórico sólido que sustente a leitura crítica do mundo. Neste sentido, o presente referencial busca articular categorias fundamentais da ciência geográfica com as demandas contemporâneas da Educação Ambiental. Segundo Milton Santos (2002) a discussão estrutura-se a partir da premissa de que o espaço geográfico não é um palco inerte, mas um produto social que carrega em si as contradições e desigualdades inerentes ao modo de produção vigente. Para tanto, recorre-se a autores que discutem a função crítica da Geografia Escolar, o conceito de justiça ambiental e a necessidade de uma análise multiescalar, do local ao global, para desvelar as dinâmicas de apropriação desigual dos recursos naturais.

Para que o ensino da Geografia cumpra com seu papel na educação, é necessário romper com práticas tradicionais que se limitam à descrição passiva das paisagens. Conforme aponta Milton Santos (2002, p. 2018), deve-se superar uma geografia que "silencia sobre o espaço real e se foca apenas em descrições ou estatísticas", uma abordagem que acaba por negligenciar as dinâmicas sociais e conflituosas que produzem o espaço.

Nessa perspectiva, o ensino deve ser mobilizador. Lacoste (1988) argumenta que, para enfrentar o descrédito que por vezes atinge a disciplina, é necessário analisar suas causas profundas. Para o autor, o conhecimento geográfico é uma ferramenta de poder e, por isso, "é preciso formar geógrafos eficientes que tenham o gosto e o senso da ação" (Lacoste, 1988, p. 115). No contexto escolar, essa "ação" traduz-se na capacidade dos estudantes de lerem sua realidade e compreenderem as estruturas que geram as desigualdades em seus territórios.

A partir dessa leitura crítica, é importante inserir em sala de aula o debate sobre a justiça ambiental. Esse conceito é fundamental para entender que os problemas ambientais não atingem a todos da mesma forma e que tais problemas, em sua maioria das vezes, atingem uma



população específica. Segundo Acsehrad, Mello e Bezerra (2009, p. 73), “a desigualdade ambiental pode manifestar-se tanto sob a forma de proteção ambiental desigual como de acesso aos recursos ambientais”. No contexto urbano, essa desigualdade é visível na segregação socioespacial, Santos (2020, p. 7) elucida esse mecanismo ao afirmar que "a deficiência de políticas públicas habitacionais voltadas para as populações de baixa renda leva as pessoas a ocuparem áreas de risco, tornando-as mais suscetíveis a desastres". Essa análise fundamenta a importância de discutir, em sala de aula, por que certos grupos sociais são empurrados para as áreas mais vulneráveis das cidades ("lados ruins"), enquanto outros desfrutam de segurança e saneamento ("lados bons").

Contudo, é crucial compreender que essa lógica não é apenas local, mas sistêmica. A expansão da análise para contextos globais como Europa e Ásia justifica-se pela natureza do modo de produção vigente. Conforme destaca Rammê (2012, p. 26-27), embora a crise ecológica esteja presente "nos mais variados recantos do planeta, nos países em desenvolvimento suas consequências são ainda mais severas para as populações pobres".

O autor complementa que "a dimensão global alcançada pelo movimento por justiça ambiental introduziu uma crítica nova ao debate ambiental, direcionada ao processo de produção capitalista" (Rammê, 2012, p. 27). Portanto, ao trabalhar com imagens de diferentes continentes, busca-se evidenciar que a desigualdade ambiental é um problema real, independente do continente e países estudados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e discussão pauta-se na observação da participação dos alunos durante os debates e na leitura crítica das produções textuais. O percurso pedagógico revelou uma mudança significativa na percepção dos estudantes, que evoluíram de uma visão fragmentada para uma compreensão sistêmica das desigualdades.

No primeiro momento, ao trazer o debate à escala local (restrita a Porto Alegre/RS) notou-se que os estudantes identificaram as disparidades de infraestrutura entre diferentes zonas de Porto Alegre. Um exemplo citado por um aluno sobre as zonas da cidade analisadas foi que a imagem de satélite considerada mais desigual era na zona norte da cidade, pois é uma região mais "pobre". Essa constatação dos alunos vai ao encontro da teoria do Acsehrad, Mello e Bezerra (2009), que definem a desigualdade ambiental como a manifestação do acesso desigual aos recursos e da proteção ambiental. Ao perceberem que certas áreas da cidade são sistematicamente mais negligenciadas, os alunos puderam identificar, na prática, o que Marcela



Santos (2020) aponta em sua pesquisa: a deficiência de políticas habitacionais empurra as populações de baixa renda para áreas de risco, tornando-as vulneráveis. A discussão em sala rompeu com a naturalização dessas paisagens. O que antes era visto apenas como "azar" ou "descuido", passou a ser compreendido como uma produção social do espaço, validando a crítica de Milton Santos (2002) sobre a necessidade de uma geografia que não silencie sobre o espaço real e suas contradições.

A apresentação das imagens contrastantes da Europa e da Ásia gerou um impacto visual significativo na turma. Muitos estudantes demonstraram surpresa ao verem favelas ou áreas degradadas em países considerados "ricos". Como notado, o contraste que evidencia a desigualdade ambiental levou à essa reação de surpresa, já que na maioria das visões sobre tais continentes, são imagens apenas positivas. Em uma das imagens vista como negativa de Paris, na França, um dos alunos interveio com a seguinte resposta: "*Professora, mas a senhora só pegou imagens ruins desses lugares*"⁵. Isso é apenas um exemplo dos pré-conceitos que eles acabam tendo sobre tais assuntos, o que leva à uma visão estereotipada sobre o que se imagina e espera sobre cada país.

Essa etapa foi fundamental para desmistificar a ideia de que a injustiça ambiental é exclusividade de países subdesenvolvidos. A atividade corroborou a perspectiva de Rammê (2012), que destaca a dimensão global da crise socioambiental. Ao analisarem os "lados ruins" dos países desenvolvidos, os alunos compreenderam que a lógica de produção capitalista gera desigualdades em "variados recantos do planeta" (Rammê, 2012, p. 26), independentemente do nível de desenvolvimento nacional.

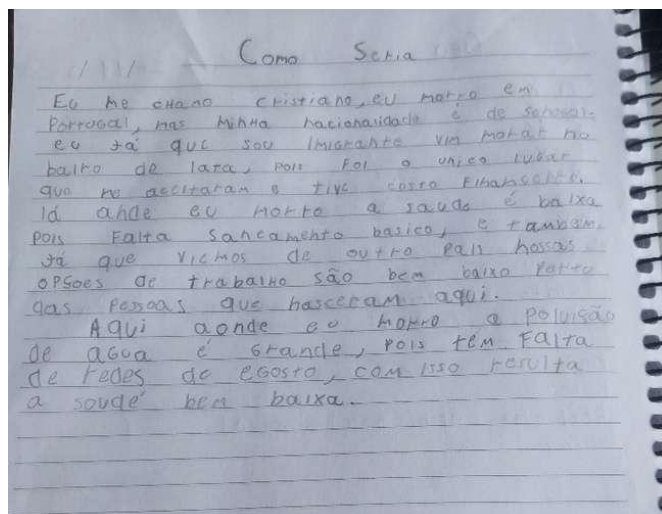
A atividade final de escrita, em primeira pessoa, na qual os alunos assumiram o papel de moradores das áreas vistas na aula, revelou o ápice do pensamento crítico da turma. Nos textos produzidos, foi possível observar o uso de termos e conceitos trabalhados em aula, como o racismo ambiental e a desigualdade ambiental. Em um dos textos, uma aluna escreveu o seguinte: "*Eu moro em Lisboa em Portugal em uma bairro conhecido como "bairro de lata", um lugar onde a situação de vida é precária principalmente para imigrantes, pessoas negras ou de diferentes etnias. Um dos principais problemas é a falta de moradia, saneamento básico e a falta de segurança.*" Ao se colocarem no lugar do outro, os estudantes exercitaram o que Lacoste (1988) defende como a verdadeira função da geografia: formar cidadãos com "senso de ação" e capacidade de análise crítica. A produção textual não foi apenas um exercício de imaginação, mas uma forma de denúncia das injustiças socioespaciais. Os relatos evidenciaram

⁵ As falas dos estudantes serão destacadas em itálico.



que os alunos ultrapassaram a barreira da descrição física da paisagem e atingiram a compreensão das dinâmicas sociais que segregam e excluem, apropriando-se do conceito de Justiça Ambiental como uma ferramenta de leitura do mundo.

Figura 1 – Caderno de um discente



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

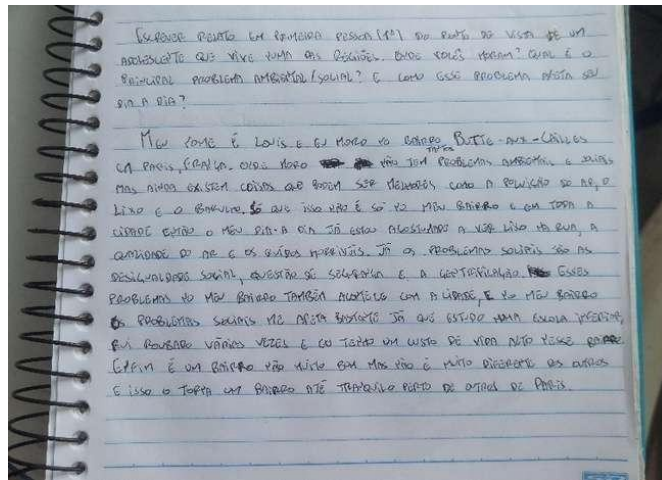
Com o fim de facilitar a leitura, transcreve-se a seguir o texto da Figura 1, mantendo-se o *itálico* para destacar os relatos dos estudantes:

Eu me chamo Cristiano⁶, eu moro em Portugal, mas minha nacionalidade é de Senegal. Eu já que sou imigrante vim morar no bairro de lata, pois foi o único lugar que me aceitaram e tive custo financeiro. Lá onde eu moro a saúde é baixa pois falta saneamento básico, e também já que viemos de outro país nossas opções de trabalho são bem baixo perto das pessoas que nasceram aqui. Aqui aonde eu moro a poluição de água é grande, pois tem falta de redes de esgoto, com isso resulta a saúde bem baixa.

⁶ Nome fictício utilizado pelo estudante



Figura 2 - Caderno de um discente



Fonte: Acervo pessoal, 2026.

Da mesma forma, faz-se a transcrição Figura 2:

Meu nome é Louis e eu moro no bairro Butte-aux-Cailles em Paris, França. Onde moro não tem tantos problemas ambientais e sociais mas ainda existem coisas que podem ser melhoradas como a poluição do ar, o lixo e o barulho. Só que isso não é só no meu bairro e em toda a cidade então o meu dia a dia já estou acostumado a ver lixo na rua, a qualidade do ar e os ruídos horríveis. Já os problemas sociais são as desigualdades sociais, questão de segurança e a gentrificação. Esses problemas no meu bairro também acontece com a cidade, e no meu bairro os problemas sociais me afeta bastante já que estudo numa escola inferior, fui roubado várias vezes e eu tenho um custo de vida alto nesse bairro. Enfim é um bairro não muito bom mas não é muito diferente dos outros e isso o torna um bairro até tranquilo perto de outros de Paris.

Com isso, a experiência pedagógica relatada demonstra que o ensino de Geografia, quando pautado na leitura crítica do espaço, possui o potencial de romper com visões estereotipadas. Os relatos produzidos em primeira pessoa revelaram que a apropriação de conceitos como “racismo ambiental” e “gentrificação” não ocorreu de forma mecânica, mas sim como ferramentas de denúncia e empatia.

Ao escreverem sobre os "bairros de lata" ou a vida em bairros periféricos de Paris, os alunos validaram a função social da Geografia de formar cidadãos capazes de identificar e questionar as contradições do espaço real. Em suma, a atividade comprovou que, ao

⁷ Nome fictício utilizado pelo estudante



confrontar as imagens idealizadas da Europa e da Ásia com a realidade das injustiças socioespaciais, é possível construir um conhecimento geográfico que seja, ao mesmo tempo, rigoroso e engajado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir da experiência relatada, que o ensino de geografia, quando mediado por categorias críticas como a justiça ambiental, torna-se uma ferramenta de leitura crítica do mundo. Os resultados indicam que a abordagem da justiça ambiental qualifica o olhar do estudante sobre o território, ampliando sua capacidade de análise com base em reflexão e em evidências.

A estratégia didática de transitar entre as escalas, partindo da realidade de Porto Alegre, a qual é a realidade dos alunos e depois para o contexto global da Europa e Ásia, provou-se eficaz para desconstruir o senso comum. Ficou evidente que os estudantes superaram a visão de que a degradação ambiental é um problema exclusivo de países subdesenvolvidos.

Além disso, a atividade de produção textual empática revelou que a Geografia escolar pode ir além da memorização de dados. Ao se colocarem no lugar do outro, os discentes exercitaram a cidadania e a sensibilidade social, percebendo que o "lado ruim" das cidades não é natural, mas construído. Em especial, destaca-se o relato da aluna que descreveu o 'bairro de lata'. A estudante demonstrou sofisticação analítica ao conectar a precariedade material (falta de saneamento) com a questão étnica (imigrantes e negros) em um país europeu. Ao realizar essa operação, ela transferiu a lógica da segregação que vivencia no Brasil para o contexto europeu, compreendendo a universalidade das contradições do capital. Tal constatação evidencia que a atividade atingiu o objetivo de superar o senso comum de que a Europa é um continente isento de conflitos socioespaciais.

Por fim, para a formação docente no âmbito do PIBID, esta experiência evidenciou a necessidade de superar aulas meramente expositivas. A experiência reforça a relevância da práxis na formação inicial, ao estimular uma compreensão mais crítica e não estereotipada dos desafios socioambientais, reafirmando o compromisso da Geografia, especialmente a Geografia Escolar, com a formação de sujeitos conscientes de seu papel na transformação da realidade.

AGRADECIMENTOS



À Capes, pela oportunidade de proporcionar aos estudantes de licenciatura a presença em sala de aula desde o início da graduação. À Escola Estadual de Educação Básica Gomes Carneiro, por abrir as portas para que possamos começar as nossas práticas. À professora de Geografia supervisora, pelo acolhimento e pela colaboração.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

FERNANDES RODRIGUES, Júlia. Racismo ambiental: uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 150–161, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6873>. Acesso em: 05 mar. 2026.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

SANTOS, Marcela Pereira. **Segregação Sócio-espacial e Vulnerabilidade: o impacto do saneamento ambiental na qualidade de vida da comunidade da Ilha em Ururaí, Campos dos Goytacazes (RJ)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

